

I QUESTIONÁRIO

1. Defina a noção de atividade financeira do Estado segundo as distintas escolas e indique aquela que considera mais apropriada para sua adequada demarcação.
2. Explique o conceito de fazenda pública e sua relação com a determinação do objeto do direito financeiro.
3. O que você entende por “federalismo fiscal cooperativo equilibrado”? Identifique ao menos um dispositivo na Constituição relacionado ao federalismo das receitas públicas.
4. Avalie se a concentração de poder financeiro na União é coerente com nosso federalismo constitucional, tendo em vista a quantidade de tributos que o ente central pode criar, sua exclusividade na emissão de dívida mobiliária, inexistência de limite para endividamento e competência para edição de normas gerais.
5. Distinga a relação funcional entre “autonomia”, “descentralização” e “competência” dos entes federativos no federalismo brasileiro a partir dos art. 1º, 18, 21 a 31 da Constituição. Explique a distinção funcional das competências e o que significa “princípio de subsidiariedade” no federalismo.
6. Identifique as principais fontes do Direito Financeiro.
7. Faça a distinção entre lei complementar e lei ordinária e diga se há relação de subordinação entre elas. Lei ordinária pode alterar conteúdo de lei complementar?
8. Que são normas gerais de direito financeiro? Examine a relação entre os art. 24, I, e 163, e diga quais são as funções da lei complementar no sistema de Direito Financeiro. Para cada uma, identifique os artigos constitucionais correspondentes e dê exemplos.
9. Identifique os limites e impedimentos para uso das medidas provisórias em matéria de Direito Financeiro.
10. Quais as funções do orçamento público?
11. Explique e correlacione os seguintes princípios orçamentários: legalidade, anualidade, unidade, universalidade, transparência e exclusividade.
12. Como você compreende o regime do orçamento público: trata-se de lei formal ou material? Qual importância desse debate na atualidade?
13. Como o cidadão pode controlar o ciclo orçamentário? Explique as possibilidades de sua participação.
14. Qual a diferença entre o PPA – plano plurianual e a LDO – Lei de diretrizes orçamentárias segundo os critérios constitucionais?
15. O que você entende por LOA – Lei Orçamentária Anual? Indique as fases do ciclo orçamentário. Considerando que o projeto de lei

orçamentária anual deve ser elaborado conforme o PPA e a LDO, explique como se dá a integração da execução das três leis em comento ao longo do exercício financeiro.

16. Diferencie as tipologias e os regimes de emendas parlamentares ao orçamento. Faça a separação dos limites aplicáveis a cada tipo, qual o efeito de vinculação destas e diga se a LDO pode criar novos tipos de emendas, como “emenda de relator-geral”. São constitucionais as emendas secretas, criadas e geridas pelo Congresso Nacional?
17. Qual a importância do planejamento público e como as leis orçamentárias dão efetividade à sua exigência? Especifique os artigos constitucionais aplicáveis.
18. Faça a distinção entre receitas derivadas, originárias e transferidas.
19. Como você define tributo? Qual a importância e utilidade de uma precisa definição para o conceito de tributo?
20. Classifique as espécies de tributos. Em seguida, faça a distinção entre as seguintes receitas públicas: cobrança pelo consumo de energia elétrica, passagem de ônibus urbano, pedágio, selos (correios), valor pago para obter alvará ou licença, Contribuição de intervenção no domínio econômico, multa de trânsito, IPTU. A “participação nos resultados de exploração” e a “compensação financeira”, previstas no § 1º, do art. 21, da Constituição Federal. Juros da dívida pública.